

**UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA CONTÁBIL NAS
ORGANIZAÇÕES MILITARES:** Sistema Integrado de
Administração Financeira do Governo Federal, com foco na
execução das despesas

Luana Araujo Alves*

Tainá Conde de Souza**

Silvana Duarte***

Edison Di Fábio****

RESUMO

Este trabalho irá descrever as principais funções do Sistema Integrado de Administração Financeira no âmbito da execução do Orçamento Público e analisar a eficiência do Sistema Contábil, tendo como base uma Organização Militar Prestadora de Serviços. Foi desenvolvido para demonstrar o funcionamento de um sistema financeiro em empresas públicas, no caso, uma Organização Militar sem fins lucrativos.

Palavras-chave: Sistema Contábil. Organização Militar. Orçamento Público

*Graduanda – Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Graduanda – Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

***Professora - Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

****Professor – Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, o cenário contemporâneo tem inserido várias mudanças na economia mundial, forçando as organizações a reverem suas políticas de desenvolvimento para se adequarem ao âmbito mercadológico.

O acirramento da competitividade exige das empresas maior eficiência na gestão de seus recursos. E a busca pela melhoria e eficiência na aplicação dos recursos, induz os responsáveis pela gestão empresarial, a avaliarem suas decisões embasadas em informações consistentes.

Estas constantes mudanças tanto na política econômica como nos negócios, impulsionam as organizações a buscarem qualidade nas informações gerenciais, o que se transformou em uma ferramenta eficaz e de extrema importância para a sobrevivência e continuidade no mercado.

Com o propósito de informar com exatidão, a evidenciação das demonstrações contábeis, os Sistemas de Informações e a ciência contábil se estabelecem como um sistema completo e dinâmico que incorpora todos os eventos financeiramente mensuráveis da organização.

É nesse contexto que o Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (SIAFI), está ligado a contabilidade pela geração de informação e conhecimento em relação às despesas, o qual pode ser considerado fator decisivo para tomada de decisão nas organizações.

O SIAFI é uma ferramenta que evidencia a movimentação financeira de uma empresa pública, permitindo maior controle das disponibilidades, dos pagamentos e recebimentos de créditos, e é dividida em atividades operacionais, de investimentos e pagamentos. Por essa razão, é uma peça importante para o planejamento financeiro da administração financeira.

Segundo Porter (2010), esse planejamento financeiro traz novos desafios à gestão dos negócios, levando as empresas a reverem suas políticas gerenciais.

Desde sua implantação nas Organizações Militares, o SIAFI tem sido essencial no que tange ao controle, além de facilitar a execução da despesa de forma rápida, precisa e transparente.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever as principais funções do SIAFI no âmbito da execução do Orçamento Público e analisar a eficiência do Sistema Contábil, tendo como base uma organização militar prestadora de serviços.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o surgimento do Sistema Contábil em uma Organização Militar Prestadora de Serviço;
- Estruturar a descentralização orçamentária e financeira dos créditos orçamentários;
- Demonstrar as fases de execução da despesa (Empenho, Liquidação e Pagamento), utilizando o SIAFI em uma Organização Militar; e
- Analisar a eficiência do Sistema em uma Organização Militar Prestadora de Serviço.

3 METODOLOGIA

Apresentado a finalidade da pesquisa quanto a caracterização dos objetivos e referencial teórico, neste tópico apresenta-se os procedimentos metodológicos que serão utilizados para atender o propósito do estudo.

Desse modo, utilizamos no presente artigo o método de pesquisa de campo, que para Vergara (2009. p.43) é caracterizado por uma investigação empírica, que no caso, será realizada na Organização Militar onde é utilizado o sistema contábil o qual iremos analisa-lo.

Utilizaremos também o método de pesquisa descritiva, o qual GIL (2010) conceitua como método que procura descrever as características do fenômeno pesquisado, onde são utilizados instrumentos para pesquisa que podem ser: inventários, questionários entre outros. Abrange o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, para demonstrar as transações utilizadas pelo Sistema Financeiro Contábil Público, SIAFI, na execução e controle do orçamento público.

A avaliação documental será feita com a utilização do próprio sistema, as bibliografias e os documentos eletrônicos emitidos pelo sistema quando da inserção de dados e da geração de relatórios de consulta, assim como portarias, leis e normas que regulamentam a utilização do sistema em Organizações Militares Prestadoras de Serviço. Ou seja, pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado por outros pesquisadores. (Gil, 2008).

Será realizado também um estudo de caso em uma Organização Militar na qual o principal método contábil para execução de despesas é o Sistema Integrado de Administração Financeira.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 ORGANIZAÇÃO MILITAR PRESTADORA DE SERVIÇO

As Forças Armadas as quais são constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, destinam-se a defesa da Pátria, á garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e a ordem, entre outras atribuições. (BRASIL. Constituição, 1988)

No tocante a Marinha do Brasil, a Constituição Federal e a Política de Defesa Nacional determinam que sua missão esteja ligada ao preparo e à aplicação do Poder Naval para a defesa e a soberania da Pátria (BRASIL, 2012).

Para o atendimento ao preparo do Poder Naval, a Marinha dispõe de organizações militares responsáveis pela reparação dos meios navais (navios e viaturas anfíbias), com o papel de manter esses meios em condições de plena operação para o exercício. Foi necessária então uma mudança significativa na forma de administração e apuração dos custos, instituindo assim as OMPS - Organizações Militares Prestadoras de Serviço.

A Marinha do Brasil (MB) criou, em 1994, as OMPS, buscando fundamentalmente o aprimoramento dos controles internos e a determinação mais eficiente dos custos das Organizações Militares (OM) industriais e prestadoras de serviços (Sousa, 2013).

OMPS nada mais é do que um conjunto de órgãos, sistemas, processos, técnicas e recursos voltados para o apoio logístico das forças navais e organizações de terra da Marinha do Brasil, em todo o território nacional. As mesmas prestam também, eventualmente, serviços a Organização Extra Marinha.

Foi criado também o Sistema OMPS, com o propósito de implementar na MB uma mudança na cultura da gestão, pautada na apuração e apropriação dos custos, utilizando sistemas internos de informações gerenciais e o SIAFI, para possibilitar Organizações Militares mais adaptáveis, flexíveis e rápidas as mudanças que a globalização exige (BRASIL, 2000).

“Somente com a implantação desse novo sistema seria possível gerar informações indispensáveis ao gerenciamento das OM em questão, sanando, desta forma, as disfunções existentes”. (BRASIL, 2008, p. 1-1)

Segundo as Normas sobre Contabilidade das Organizações Militares Prestadoras de Serviços da MB (BRASIL, Secretaria - Geral da Marinha, 2008), as OMPS encontram-se divididas em cinco tipos, conforme a natureza dos serviços prestados aos seus clientes: Industrial (OMPS-I), de Ciência e Tecnologia (OMPS-C), de Abastecimento (OMPS-A), Hospitalar (OMPS-H) e Especial (OMPS-E).

A criação do Sistema OMPS na MB objetivou mais do que uma mudança na cultura de gestão da Marinha; representou uma inovação e o aumento de eficiência e melhora da produtividade das organizações prestadoras de serviço. Pelo fato de realizar a apuração e a apropriação de custos por intermédio do SIAFI, garantiu maior transparência ao processo. E a utilização também de sistemas internos de informações gerenciais tornou as OMPS mais adaptadas aos seus ambientes de operação (ARAÚJO e SILVA, 2010).

Com os resultados obtidos, compreende-se que a implantação do Sistema OMPS conduziu em uma melhor racionalização dos recursos e melhorias em práticas gerenciais, decorrentes do conhecimento mais transparente dos custos e de todos os recursos consumidos no processo produtivo. Essa transparência é consequente do seu próprio instrumento de

apuração de custos, ou seja, o SIAFI, que será abordado no decorrer do artigo (Santos, *et al.* 2013).

4.2 CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO

Inúmeros eram os problemas administrativos enfrentados pelo Governo Federal até o ano de 1986, os quais dificultavam a gestão dos recursos públicos e a elaboração do orçamento unificado. Dentre eles destaca-se a falta de informações gerenciais nos níveis da Administração Pública e a inconsistência dos dados que eram utilizados causados pela variedade de fontes de informação, e das diversas interpretações dos mesmos, os quais comprometiam uma tomada de decisão eficaz (Brasil, 2007).

A solução para esses e os demais problemas era um grande desafio para o governo na época. O primeiro passo foi a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para auxiliar o Ministério da Fazenda, com autorização para “contratar ou ajustar a execução, o desenvolvimento e a manutenção de serviços de computação eletrônica, visando à modernização e a integração dos sistemas de PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, de EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA e CONTROLE INTERNO do Poder Executivo, nos órgãos centrais setoriais e seccionais”. (Decreto, nº 92.452).

Logo após, o STN em conjunto com SERPRO criou instrumento para modernização e eficácia no controle e acompanhamento dos gastos públicos, denominado SIAFI, conseguindo assim solucionar os problemas enfrentados pela Administração Pública.

Atualmente, o SIAFI é um dos maiores e mais amplos dispositivos de administração das finanças públicas, em relação aos seus semelhantes no mundo. Por conseguinte seu desempenho tem se destacado e aguçado o interesse de vários países com objetivo de conhecer a tecnologia utilizada e absorver a experiência, visando à implantação de um sistema similar nos seus países de origem (Sousa, 2008).

4.3 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA MARINHA

A implantação do SIAFI iniciou uma inovação sem antecedentes na operacionalização do fluxo financeiro no Governo Federal, efetivado na Conta única, o que permitiu uma racionalização na utilização dos recursos financeiros.

Com o surgimento do SIAFI, a Contabilidade Pública pôde começar a ser utilizada como uma fonte de informações gerenciais em que dispõe o administrador público para contribuição ao planejamento, controle e tomada de decisão.

Porém, para gerar todas as informações necessárias à gestão de uma organização pública, é necessário que todos os fatos contábeis sejam registrados no SIAFI correta e tempestivamente como descreve (SGM 304).

A SGM 304 também dispõe sobre a necessidade de algumas características para que esses registros contábeis sejam registrados no SIAFI com eficiência e eficácia.

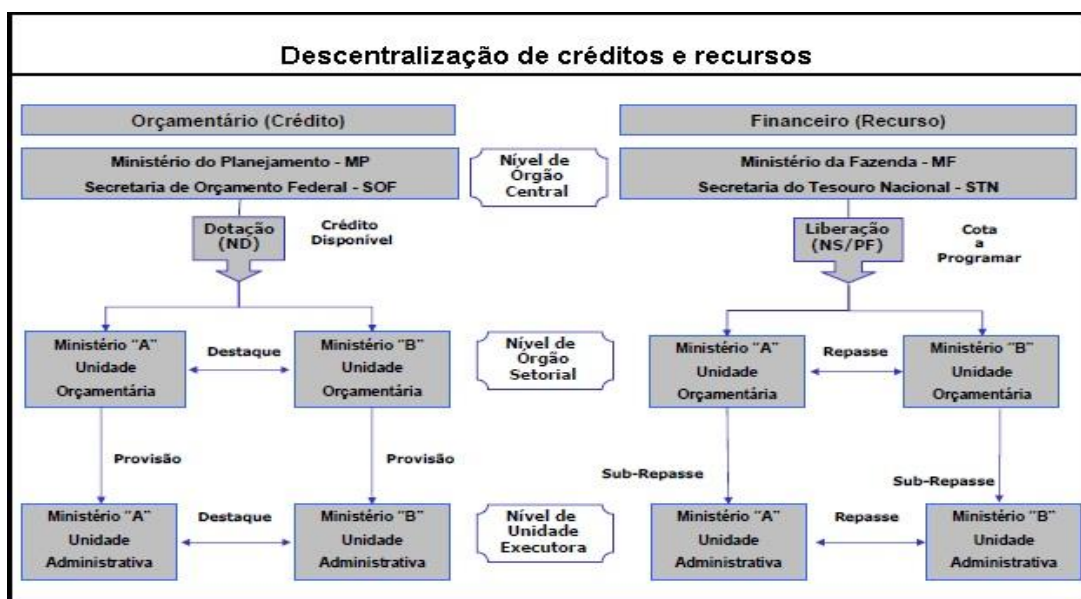
E necessário a existência de pessoal tecnicamente capacitado na área contábil e na operação do SIAFI; existência de controles internos adequados às atividades desenvolvidas pelas Unidades Gestoras (UG); realização de adestramento constante do pessoal interno envolvido; a utilização e valorização dos registros contábeis, por parte dos níveis de supervisão e direção da UG, dentre outros.

4.4 DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução do Orçamento Público Federal é realizada por meio de classificações e códigos contábeis, fonte de recursos, natureza de despesas e outros. No âmbito da MB há a codificação ligada ao Plano Diretor da Marinha. Para compatibilizar os objetivos aprovados pela Alta Administração da Marinha a esse complexo sistema de códigos, há a Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM), órgão Setorial Orçamentário, que permite a tempestividade execução dos nossos recursos no País e no exterior. (Boletim de Ordens e Notícias, nº273)

O organograma a seguir irá exemplificar melhor a estrutura da descentralização orçamentária e financeira dos créditos e recursos da União.

Figura 1: Descentralização de créditos e recursos



Fonte: IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos

Um organograma conforme afirma Chiavenato (2001, p.251) "é o gráfico que representa estrutura formal da empresa", neste caso representa a estrutura formal da descentralização de créditos e recursos da União.

A descentralização de créditos orçamentários consiste na mudança do poder de utilização de créditos, podendo ser interna ou externa, que estejam sob a sua supervisão ou lhe tenham sido dotados ou transferidos, concedida por uma Unidade Orçamentária (Freitas, 2008)

Se a movimentação de crédito ocorrer entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente, ter-se-á uma descentralização externa, também denominada de destaque. (STN, 2010).

Já a descentralização interna é utilizada nos casos de descentralização de créditos das unidades orçamentárias para as unidades administrativas sob a sua jurisdição ou entre estas, no âmbito de próprio Ministério ou Órgãos diferentes. (IN/STN nº012/87)

Segundo Feijó (2006, p.5), a movimentação de Recursos Financeiros entre unidades do sistema de programa financeiro é feita pela autorização de cotas, de repasses e de sub-repasses. Na Marinha do Brasil tanto há a descentralização externa como interna recebendo e distribuindo suas provisões e sub-repasses.

A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) vinculada ao Ministério do Planejamento é o órgão centralizador dos créditos, responsável pela dotação das células de créditos enviadas através do SIAFI para o Ministério da Defesa e este sim os encaminha para a setorial orçamentaria, neste caso a DGOM.

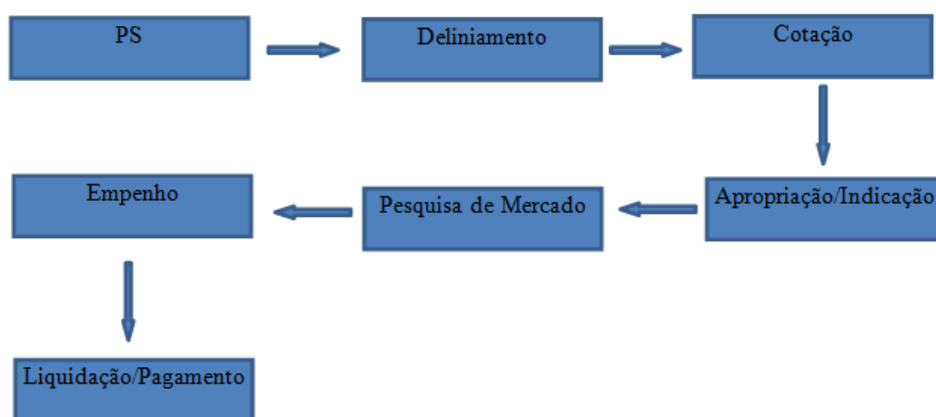
A Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), por ser um órgão setorial, recebe repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Caso a OM setorial realize transferências de recursos financeiros para outro órgão público este também será denominado como repasse. Feijó (2006, p.5)

Em contrapartida o recurso financeiro chega às OM's através de Sub-repasses enviados pela DFM, responsável pela solicitação de recursos financeiros, para que sejam realizados os pagamentos discriminados pelas OM's.

As Organizações Militares responsáveis pela solicitação do crédito orçamentário e pelo pedido do recurso financeiro são classificadas como Unidades Executoras (UG Executoras) – unidade gestora que utiliza o crédito recebido da unidade responsável. Tendo como responsabilidade a aplicabilidade destes créditos e recursos. (BRASIL,2008).

4.5 EXECUÇÃO DA DESPESA

Figura 2: Fluxograma do procedimento de execução da despesa



Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com Chiavenato (2010), “fluxograma vertical é utilizado para construção de uma rotina ou procedimento”. Temos como exemplo o fluxograma estruturado acima.

No fluxograma acima podemos visualizar as fases que antecedem a execução da despesa. Chamamos esse ciclo de funcionamento financeiro da OMPS, na OMPS não existe um orçamento pré-definido pela Marinha do Brasil, em nosso caso, a Base Fluvial de Ladário (BFLa), o seu recurso é obtido através de serviços prestados. No complexo naval de Ladário todas as OM's são clientes da BFLa realizando serviços que vão de manutenção de meios operativos navais até o pagamento de compulsórios como energia elétrica, telefonia fixa e etc. Os serviços prestados são divididos em duas partes, atividade principal e atividade secundária.

A atividade principal em nosso caso é o total apoio aos meios operativos navais, os navios, nosso maior cliente é o Comando da Flotilha do Mato Grosso (ComFlotMT), pois é através dele que arrecadamos o maior valor de receita para a BFLa, visto que se trata da OM centralizadora dos meios operativos navais. Os navios possuem em suas programações anuais um período de manutenção no tempo pré-determinado as embarcações docam para que seja feita a manutenção pela OMPS, esse momento é o início do fluxograma, é gerado um Pedido de Serviço (PS). Logo abaixo detalharemos o fluxograma.

4.5.1 Detalhamento do Fluxograma

4.5.1.1 Pedido de Serviço

É um documento de solicitação do serviço, sendo o primeiro estágio do processo da geração de receita. O solicitante o confecciona detalhando o serviço a ser executado.

4.5.1.2 Delineamento

Fase do processo em que se faz a verificação do serviço a ser orçado. Dependendo do PS solicitado à OMPS, existem profissionais peritos nas diversas áreas industriais como: mecânica, elétrica, carpintaria, refrigeração, e etc. Estes por sua vez farão um levantamento completo, como quantidade de homens necessários para a execução do serviço bem como todo material a ser empregado na realização do mesmo.

4.5.1.3 Cotação

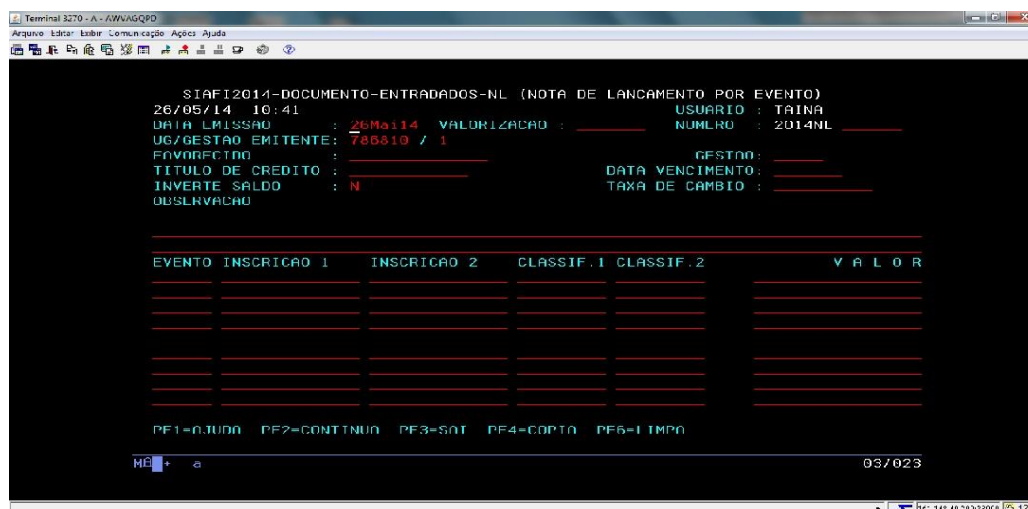
Com o levantamento em mãos devemos realizar um estudo de preços dos materiais necessários para a execução do serviço. No valor total são aplicadas taxas que nos trazem receitas. O somatório é repassado para a OM solicitante para que seja indicado o recurso necessário para a execução do serviço.

4.5.1.4 Indicação/Apropriação

O cliente indica o recurso necessário para execução do serviço através de uma mensagem discriminando uma célula crédito do SIAFI com o total do valor a ser usado no PS, este ato é denominado Indicação. Ao ser recebido esta mensagem pela OMPS é procedida à apropriação, através de uma Nota

de Lançamento (NL) no SIAFI, procedemos à transferência do crédito do cliente para a OMPS.

Figura 3: Transação “Nota de Lançamento (NL)” no SIAFI



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira

4.5.1.5 Pesquisa de Mercado

Neste momento o PS está feito e chega ao Almoxarifado para verificar se a BFLa possui o material, caso não possua é pesquisado se o item é licitado. Não sendo o item licitado será adquirido, havendo saldo disponível por Dispensa de Licitação.

4.5.2 Fases da Execução da Despesa

4.5.2.1 Empenho

“É o ato emanado do Ordenador de Despesas que importa deduzir, de dotação de crédito adequada, o valor da despesa a realizar e cria obrigação de pagamento por força de compromisso assumido.” (SGM 301). É o primeiro estágio da despesa orçamentária.

4.5.2.1.1 Tipos de Empenho

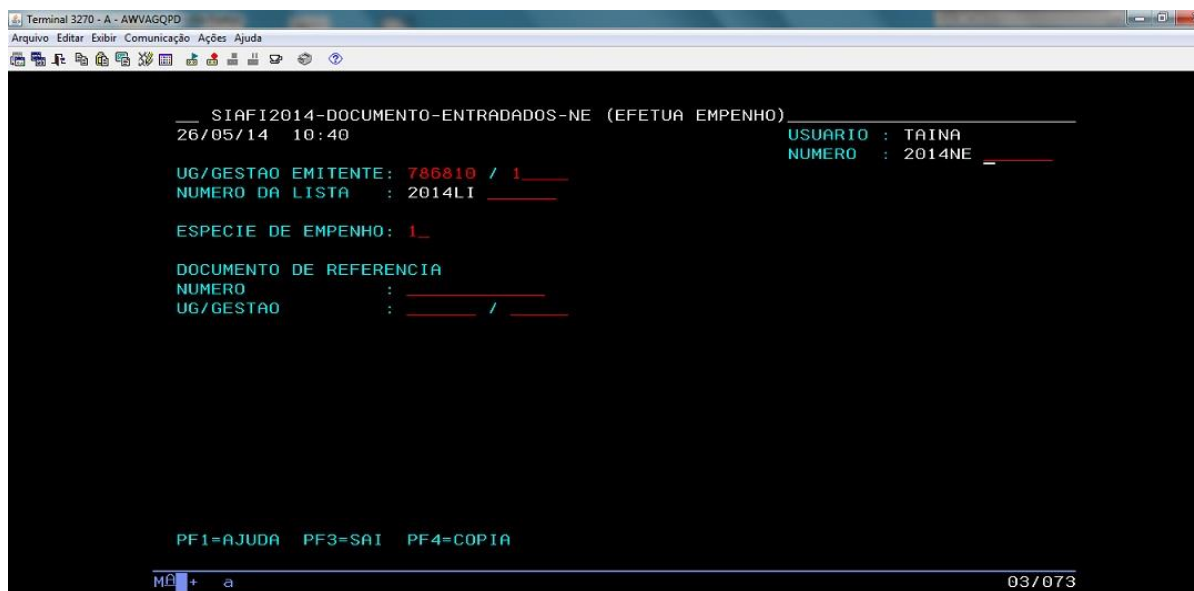
Segundo o Portal de Transparência do Governo Federal, o empenho pode ser classificado como:

- a) Ordinário: tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez;
- b) Estimativo: empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros; e

c) Global: empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

4.5.2.1.2 Transação Nota de Empenho

Figura 4: Imagem de “Transação Nota de Empenho (NE)” no SIAFI



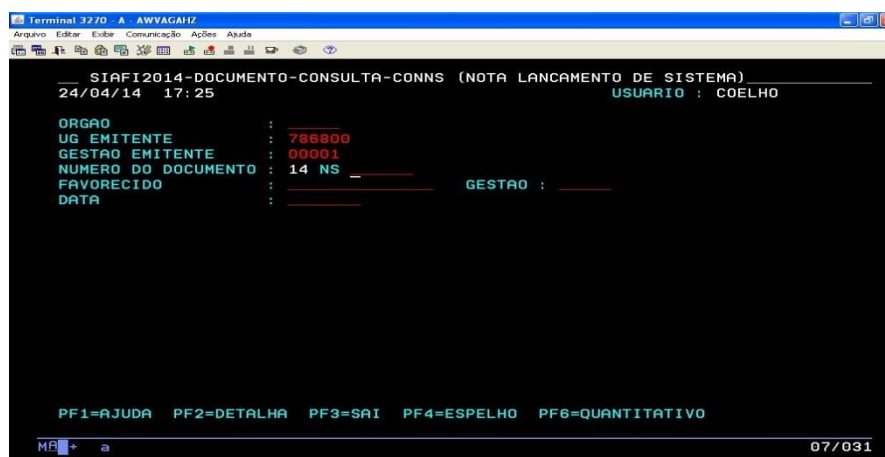
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira

O comando >NE é responsável pela inserção de dados pra a realização do empenho. Após o cumprimento do primeiro estágio da despesa, será emitida a Nota de Empenho (Figura 2), que é uma ordem de serviço que determina que a transação do empenho foi autorizada, devendo o fornecedor cumprir a entrega do material ou serviço, para que se processem então as duas outras fases da execução da despesa, liquidação e pagamento.

4.5.2.2 Liquidação

É o segundo estágio de execução da despesa, demonstra que a despesa foi regularmente empenhada e a entrega do bem ou a realização do serviço foi feita de maneira satisfatória, tendo por base Notas Fiscais e documentos probatórios da despesa.

Figura 5: Imagem da tela “Consulta Nota de Sistema (CONNS)” no SIAFI

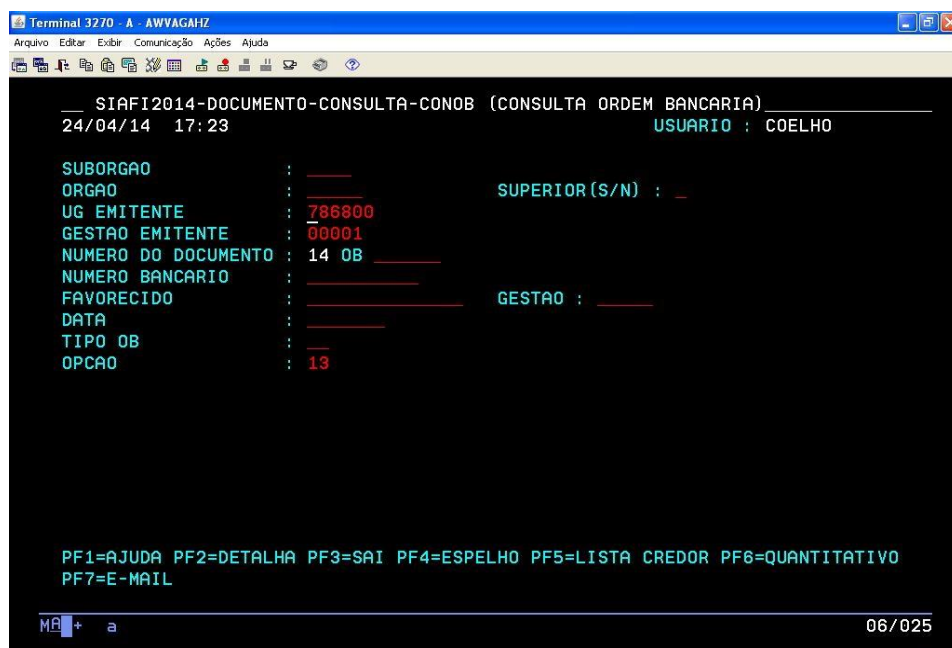


Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira

4.5.2.3 Pagamento

É o terceiro e último estágio de execução da despesa, é quando se efetiva o pagamento da prestação de serviço e/ou recebimento do material ao fornecedor. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua liquidação.

Figura 6: Imagem da tela “Transação Consulta Ordem Bancária (CONOB)”



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira

5 CONCLUSÃO

É possível perceber que o SIAFI aumentou a segurança das informações digitais e financeiras que ocorrem em Instituições Públicas, no nosso caso facilitou as transações entre Organizações Militares que tenham uma distância elevada.

Observamos que existe uma falha no processo, pois há uma equipe que cota os materiais a serem empregados no serviço para elaboração do orçamento repassado ao cliente, porém a aquisição dos materiais é feita por uma seção diferente a qual refaz outra cotação para que seja feita uma licitação ou compra direta. Isso leva a OMPS a ganhos exorbitantes ou a prejuízos, o que não é a finalidade da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antônio Carlos (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ªed. São Paulo. Editora Atlas.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Comando da Marinha. *Boletim de Ordens e Notícias*, nº273 de 11 de abril de 2014.

BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria Geral da Marinha. *Normas sobre administração financeira e contabilidade – SGM-301*. Brasília: 2001.v.4

BRASIL. Lei nº 9.724, de 1º de dezembro de 1998. Dispõe sobre autonomia de gestão das organizações militares prestadoras de serviços da Marinha e dá outras providências.

ARAÚJO, Roberto Pinto; SILVA, Lino Martins da. *Aplicação da Contabilidade de Custos na Administração Pública: Experiências na Marinha do Brasil e na Força Aérea Brasileira*. XVII

BRASIL. Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), e dá outras providências.

BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria Geral da Marinha. *Normas sobre administração financeira e contabilidade – SGM-301*. Brasília: 2008. v.1. p.17.

Portal da Transparência. Disponível em:<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalleGlossario.asp?letra=e>

PORTER, Michael E. *Estratégias Competitivas*. 18 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Campus, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Campus, 2010.

BRASIL, (2012) *Política Nacional de Defesa*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>, acesso em 09 de jul 2015.

SANTOS, M. F. B.; SANTOS, J. L. T.; QUINTAL, R. S; SANTANA, E.C.; *A Sistemática de Organizações Militares Prestadoras de Serviço: Perspectivas e Tendências em 19 Anos de Existência: Gestão e Tecnologia para competitividade*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2013, Rio de Janeiro.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Receitas Públicas: *Manual de Procedimentos*. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2007.

SOUSA, Sergio Lopes, *A viabilidade do Estabelecimento de uma Parceria Público-Privada para a Revitalização e Modernização das Instalações do Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2013. Monografia (Graduação do Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval.

BRASIL, Marinha do Brasil, Ações premiadas no 4º Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal - Prêmio Helio Beltrão 1999 250 p., 2000.

SILVA, Wilson Roberto, *Aspectos Normativos, Contábeis e Orçamentários dos Restos a Pagar na Administração Pública Federal*. Brasília 2008. Monografia (Curso de Especialização em Orçamento Público) – Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados, Senado Federal.

MELO, Fernando Freitas, *Instrumentos de Gestão para Organizações Públicas*. Brasília 2008. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.enap.gov.br%2Fdownloads%2Fec43ea4fUFAM-FernandoMelo1.doc&ei=NlWaVavNJJoOeggSGI4WwBw&usg=AFQjCNEcW3T49uVLdy9OOjsu8vyTkmVVQw&bvm=bv.96952980,d.eXY>. acesso em 09 de jul 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. *Descentralização de Recursos Financeiros no Siafi*. In: XII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas Do Governo Federal Descentralização De Recursos Financeiros No Siafi Organização. Goiás, 2006.

BRASIL, 2008. *Presidência da República e Controladoria Geral da União*. Disponível em: <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/glossario/>. Acesso em 09 de jul 2015.